

PARA UMA ARQUEOLOGIA DA RAZÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Helena Varela

Questionando-nos sobre a autonomia dos discursos filosóficos em língua portuguesa perante os discursos poético-narrativos que, ao contrário daqueles, parecem discorrer excessivos e originais na nossa cultura, pareceu-nos que a razão sempre se assumiu como um *logos* mais edificante do que sistemático, mais mitopoético do que noético. Pensamento impuro, eclético e heterodoxo, entre o *logos* e o *mythos*, o sófico e o literário, o poético e o profético, ousamos então designá-lo de *heterologos*, um *logos* outro, à margem do Saber e entre as margens dos saberes, espécie de *terceira margem do logos*. Na periferia das filosofias oficiais, na dominância da retórica sobre a lógica, da metáfora sobre o conceito, da interpretação sobre a representação, os *não* ou *menos* filósofos da língua portuguesa, os que sempre vacilaram na elaboração de sínteses e na construção de sistemas, surgiam-nos então como defensores de uma lógica sem exclusões, em que tudo se inclui e recria na plasticidade da língua e no retorno do *mythos*.

Neste *logos* débil e heterodoxo, neste pensar-sentir predominantemente mitopoético, em que o mito é, simultaneamente, a sua *arché* e o seu *telos* [o nada que é tudo] pessoano, a paisagem pressupõe as origens, as metamorfoses, os arquétipos. Daí, uma *arqueologia da razão* ser, naturalmente, uma *mitogênese*, uma hermenêutica dos seus mitos. Se é verdade que a filosofia se instaura a partir do mito, também se constrói contra ele. Na ordem da razão raciocinada os mitos não têm o direito de cidade. Na distinção entre o *logos* e o *mythos*, o conceito e a metáfora, o próprio e o figurado, existe uma filosofia que se define a si mesma como conceptual e sistemática; do mesmo modo que, no jogo mitopoético dos nossos autores, na mestiçagem eclética do seu pensar-sentir existe uma filosofia outra, uma heterofilosofia. Seguiremos aqui o eixo que vai da filosofia a *essa* filosofia, do discurso do *logos* ao do *heterologos*. Na senda de Antônio Vieira, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e tantos mais, traçaremos, então, sucintamente, o que chamamos de *coordenadas simbólicas da razão* em língua portuguesa, nos seus arquétipos e metamorfoses em

Portugal e no Brasil, através dos mitos fundadores e dos símbolos motores que nos pareceram mais significativos.

Perdidas nas artes sutis do poetar e navegar, desfraldamos o nosso *mythos* nas viagens reais e imaginárias, enquanto o *logos* heterodoxo e misterioso parecia esquivar-se às especulações mais ortodoxas e sistemáticas. A nossa relação com o real foi sempre, e ainda é, essencialmente mítica, imaginária, a ele se subordinando o discurso racional. Nos mitos, lendas e superstições, nas raízes étnicas que dormitam na reserva histórica da memória coletiva, permanecem as cifras que modelaram nossa identidade fluida e indefinida. Vivemos sempre *além de nós*, saltando fora do real, como já dizia Oliveira Martins. No mito e na poesia, no Oriente e na profecia, sonhamos sempre com Índias, Brasis e Áfricas, até que, ilocalizáveis num tempo e espaço reais, se transformaram em impérios míticos, espirituais, feitos de anseios e lonjuras. Nos mares nunca dantes navegados, no sebastianismo e no saudosismo, procuramos ocultar a realidade do nosso tecido social dilacerado, a nossa fragilidade de pequena nação da Europa. Incapazes de nos contermos na realidade histórica do presente, transfiguramos o passado, escrevendo *Histórias do Futuro*.

A nossa existência histórica perdeu-se na *distância* e na ficção, na poesia e na profecia. Por isso, em Vieira, Bruno, Pascoaes, Pessoa e tantos mais, um projeto universalista e messiânico, uma missão numinosa e transcendente parece dominar, dos mitemas sebastianistas à filosofia teleo-escatológica da história. Sob as máscaras de uma opaca ortodoxia, ocultamos uma religiosidade heterodoxa, entre o místico e o esotérico, o cristianismo e o paganismo, presentes em Teixeira de Pascoaes e Guerra Junqueiro, porque no fundo da nossa alma ficamos pagãos, familiares dos deuses e do destino, como dizia aquele.

Devotados à busca da Verdade, não chegamos a ela por análises, sínteses, equações ou evidências cartesianas. Perdemos-nos nos ensaios e nos erros, ou melhor, erramos voluntariamente, numa errância geográfica, metafísica e narrativa. A mimese poética foi o nosso jeito de ser, pensar e sentir. Porque a tarefa de pensar, seja o tempo, o mal, ou mesmo Deus, temas que desafiam a nossa inquieta abertura à transcendência, jamais se esgotou na reflexão sistemática, na lógica da não contradição, nas sínteses hegelianas. Desafiando os paradoxos e aporias, dispensamos as teorias, preferindo a enunciação poético-profética a qualquer solução sempre aporética. Talvez porque só a poesia não engana, só ela diz com a máxima evidência a relação mítica que instituímos com nós mesmos¹, como diz Eduardo Lourenço.

Numa teia mítico-sófica que nasceu antes da própria nacionalidade, mitos e lendas misturam-se às coordenadas do *espírito de lugar* e dos *elementos*, às práticas esotéricas oriundas da influência céltica e templária, aos milenarismos de Joaquim de Flora e aos messianismos judaicos, aos quais se associaram mais tarde várias correntes do Ocidente heterodoxo, da teosofia à maçonaria. No seu *mythos* dominante e *pathos* desmesurado, a razão portuguesa esteve sempre, porém, mais de acordo com a aventura do Gama do que com o temor e o tremor do Velho do Restelo, errante na sua indefinição natural, de tão plural, heterodoxa e imaginante.

A nossa teleologia histórica e messianismo providencialista mergulham numa tradição longínqua e obscura, num silêncio esotérico. Emergem, porém, na *Weltanschauung* dos nossos pensadores, numa espécie de anamorfose, em que figuras ocultas e estranhas à representação só são perceptíveis se refletidas no espelho do imaginário coletivo, como é o caso dos *Painéis* de Nuno Gonçalves e de *Os Lusíadas*, ou mais próximo de nós, dos *Painéis* de Almada Negreiros e de *Mensagem*. Nessas obras, as figuras da *res gesta* histórica e épica parecem ascender ao nível de arquétipos; despojados da sua historicidade, surgem como modelos portadores de uma transcendência escatológica.

A arqueologia da razão em língua portuguesa é símbolo e mito. Viram-no Oliveira Martins, Sampaio Bruno (para quem sebastianismo e filosofismo são idênticos), ou mesmo Pessoa em *Mensagem*. Transbordando para além do espaço e do tempo, a *res gesta* portuguesa refugiou-se, ora no eterno retorno dos arquétipos matriciais, ora na profecia escatológica. Por isso, a maior parte dos nossos pensadores se tomaram hermeneutas, quando não visionários e profetas, mas, na realidade, não souberam ser senão poetas. Mas se a nossa relação com o real foi, e é ainda, essencialmente mítica, os messianismos sebastianistas articulados ao mito do Quinto Império, longe de cristalizarem no texto dos nossos pensadores, ascenderam da utopia a um dinamismo teleológico. Na compreensão das nossas raízes míticas, mas transcendendo-as, o filómito torna-se filósofo, hermenauta das origens, porque, como dizia Aristóteles, filómitos logo filósofos, e filósofos (apenas) porque filómitos.

Antes de procedermos a uma hermenêutica do que chamamos as *coordenadas simbólicas*, não podemos deixar de nos referir a alguns mitos fundadores, episódios histórico-lendários onde se ocultam nossas origens primordiais nebulosas. Salientaremos apenas alguns, como a fundação da nacionalidade, o aparecimento de Cristo em Ourique a D. Afonso Henriques, e a influência da Ordem do Templo, colaboradora espiritual de D. Dinis, inspiradora das descobertas e dos ideais do Quinto Império. Rei liberal, D. Dinis foi o único soberano da Europa que não só se recusou à perseguição dos Templários, como perpetuou a Ordem sob o nome de Ordem de Cristo. D. Dinis foi um cavaleiro do Templo, como tal surge em *Mensagem*, havendo identidade entre sua filosofia política, o projeto espiritual de monarquia de Dante e os ideais templários. Conforme refere Antônio Quadros², com D. Dinis surge uma *paideia* espiritualista, refletindo-se no florescimento da língua e na criação da Universidade. Influenciado por Raimundo Lúlio e Arnaldo Vilanova, o rei foi permeável aos ideais espiritualistas de Joaquim de Flora, já presentes no pensamento dos franciscanos heterodoxos e dos templários, incentivando-se no seu reinado o culto do Espírito Santo. Um pensamento milenarista e apocalítico inscrever-se-á, então, na História de Portugal, na qual sempre se procurou a realização da Terceira Idade, de um império espiritual, perpetuando-se este ideal nos mitos do Quinto Império e do Encoberto, as duas faces do mesmo sonho prospectivista, a cifra de uma *História do Futuro* messiânica e espiritualista.

D. Dinis é o poeta trovador, dantesco, iniciador de uma *paideia* heterodoxa

e espiritual, de inspiração joanina e apocalítica; um poeta-filósofo, não um filósofo-rei, logo uma figura arquetípica da razão heterológica portuguesa. Curioso será notar que o monarca nasceu em 1261, enquanto para Joaquim de Flora 1260 seria o ano do Anticristo, após o qual principiaria a Terceira Idade, a Idade do Espírito Santo, reunindo aquele as condições proféticas de iniciador de um império espiritual, o Quinto Império português.

Na sequência de uma hermenêutica já iniciada por Antônio Quadros³, passaremos a uma breve análise das imagens primordiais da razão em língua portuguesa, nas suas metamorfoses no Brasil. Mais do que arquétipos, interessam-nos sobretudo enquanto símbolos motores⁴, no seu caráter dinâmico, evolução e metamorfose. São eles o *epos-viagem*; o *espírito de lugar*; os *quatro elementos*; a *serpente-símbolo das heterodoxias* e o *limite ilimitado*.

Razão nômade, a razão lusitana parece só existir na desterritorialização real e mental, física e metafísica de si mesma, sendo o Brasil consequência da desterritorialização geográfica e antropológica dos portugueses. Por isso, qualquer *arqueologia da razão* em língua portuguesa é indissociável das suas viagens e metamorfoses, das diferenças vividas e desvios sofridos, fundidos num corpo mestiçado de novos mitos, ritos e memórias. Ora, o Brasil foi desde a sua descoberta, a sede ideal, predestinada das nossas utopias. Do mesmo modo, o brasileiro gosta de se ver como uma espécie de canto não escrito de *Os Lusíadas*. Os antigos mitos, utopias e profecias da Demanda do Graal à Terceira Idade, do Sebastianismo ao Quinto Império, ganharam expressão própria na mitogenia brasileira, ressurgindo com notáveis transposições antropológicas e literárias. Começaremos, então, pelo *epos* ou viagem, a coordenada simbólica mais expressiva talvez do nosso pensar situado.

Nas suas raízes débeis de tão míticas, o sentido da razão portuguesa parece só existir na *Distância* e na *lonjura*, sempre transcendida num além marítimo, como se só existíssemos *na* e *pela* viagem. Viajar foi sempre o jeito português de navegar, mais do que de existir, a sua forma peculiar de estar no mundo, desejando o impossível, o infinito, o mar. Daí o conceito de demanda, travessia, essa busca iniciático-metafísica cujo *telos* se revela o *escathon* de uma utópica e ucrônica ulisseia espiritual, a nossa epopéia marítima, real ou insituada, por isso mesmo absoluta. Este elemento simbólico que é o *epos* ou viagem é indissociável dos outros, nomeadamente do *espírito de lugar* e dos *quatro elementos*. A viagem decorre da nossa inserção numa *terra marítima*, em que o mar é a imagem do absoluto, símbolo de transcendência e de mistério. No mar “a nossa alma atlântica se exalta”⁵, determinando-se aí a nossa existência de seres oceânicos, navegantes, para quem ser é partir “Ir Longe, ir para Fora, para a Distância Abstrata [...] Para a aventura indefinida, para o Mar Absoluto, para realizar o Impossível”⁶, como diz Álvaro de Campos. Na sua errância geográfica e metafísica, a nossa razão nômade procurou-se na desterritorialização, no *fora* e no *além* de si, assumindo-se, na sua existência *eksistente*, como abertura à transcendência, demanda *religiosa* do todo e do uno, sendo de destacar o sentido profundo que o verbo *religar* exprime.

No pensamento brasileiro, o *epos* manter-se-á como coordenada simbólica,

num percurso que é essencialmente travessia, procura do eu individual e coletivo. No húmus tropical, é como se o *espírito de lugar* quase ignorasse o componente marítimo, para se enleiar no labirinto telúrico dos sertões, onde um humano demasiado humano pressente o infinito na transcendência imanente da natureza, na força dionisíaca da terra. O *epos* brasileiro excede-se e humaniza-se, ora como travessia do humano contra os *redemoinhos* do mal e do tempo, ora como demanda de um *etnos* incaracterístico de tão saturado de potencialidades, no magma de uma brasilidade hesitante, como em *Macunaíma* de Mário de Andrade. Ao *epos* marítimo insituado, sucede um *epos* telúrico situado, cuja transcendência se estreita e humaniza no horizonte de uma *terra sem fim*, sendo o labirinto denso dos sertões o arquétipo outro, alternativa ao *mar sem fim* dos portugueses, ao labirinto fluido do oceano.

Acantonado na periferia da Europa, Portugal é uma espécie de *terra marítima*, como dizia António Quadros⁷, cujas raízes telúricas se perdem nos abismos sem fim do Oceano Atlântico, nesse além nunca dantes navegado que enfrentamos e nos permitiu sair do anonimato europeu. País atlântico, a sua componente telúrica parece dissolver-se na sua componente marítima. Por isso, sendo Portugal um país europeu, contém em si a união dos opostos, Ocidente e Oriente, terra e mar, já visionada pela sabedoria templária e que se tornaria a chave do projeto áureo português. Ocidental é a praia lusitana e o cais de partida, mas será o Oriente o seu *telos*, a finalidade do seu movimento de expansão. Situada nessa *terra marítima*, a missão dos portugueses não poderia ser uma missão na *terra*, nem o seu reino um império temporal. Nas suas viagens rumo ao Absoluto, para realizar o Impossível, a missão dos portugueses realizou-se no mar, símbolo da transcendência e do infinito. Por isso, para Pessoa, “o mar com fim será grego ou romano (mas) o mar sem fim é português”⁸.

Numa pátria do Ocidente litorâneo e atlântico, o mar identifica-se com a transcendência e o infinito, mas também com a ausência e a dor; pátria à *beira mar* e à *beira mágoa*⁹. O mar surge como um desafio e um abismo, o desconhecido de si mesmo; mas é também o símbolo metafísico da portugalidade, a *mensagem* de uma pátria diaspórica, para a qual navegar é preciso, viver não é preciso. É como se o ser e o destino míticos de Portugal se diluíssem numa gesta flutuante, procurando-se nas viagens pelo mar sem fim, o seu sentido histórico indefinido. *Terra-marítima*, *finisterra* debruçada sobre o Atlântico, Portugal estaria desde sempre vocacionado para ser terra de *missão* e de *iniciação*. Aí se resolveriam as contradições essenciais numa *coincidentia oppositorum* mítico-mística, expressa sobretudo na saudade, sentimento cósmico-existencial, originário de uma terra mediática, religadora, e nas formas lusas de miscigenar sem excluir.

Quanto ao Brasil, poderíamos dizer que ele próprio é consequência do *espírito de lugar* dos portugueses, surgindo como uma espécie de *porto seguro* no seu *mar sem fim*, *terra prometida* no horizonte das suas viagens, o império espiritual dos seus anseios e lonjuras. Aí, o *espírito de lugar* circunscreve o homem à terra, às suas raízes telúricas matriciais, sendo a afirmação da vida

na embriaguez do efêmero e do instante, vivido e curtido como se fosse eterno, a grande máxima existencial. Neste sim à vida, por mais caótico, festivo, o pensamento brasileiro parece despojar-se das últimas abstrações, vivendo no limite o silêncio da razão discursiva, a transgressão natural dos códigos, a experiência *em si e para si*, de uma natureza excessiva, simultaneamente trágica e protetora. Se o *mar sem fim* traçou o ser e o destino da *terra marítima* portuguesa, a *terra sem fim* brasileira é esse outro *limite ilimitado* onde decorre o seu *epos* e discorre o seu *mythos*.

Já no que se refere a uma poética dos *quatro elementos*, poderíamos dizer que em Portugal predominam os elementos mediáticos, religadores, *água* e *ar*. Numa *terra marítima*, a *água* é o elemento dominante e determinante, porque elemento de metamorfose ontológica essencial, no sentido bachelardiano. Em *Os Lusíadas*, *Mensagem* e *Poemas* de Álvaro de Campos, a *água* é o arquétipo primordial da gesta portuguesa, podendo-se dizer que, em Portugal, os elementos terrestres frágeis fluidificaram-se perante a onipresença dos elementos aquáticos marítimos. A *terra* é apenas “a voz da terra ansiando pelo mar”¹⁰, uma *terra marítima*.

Ao comparar a *água marítima* com as *águas terrestres*, a *água* doce dos rios, Bachelard diz que “a *água* do mar é uma *água* inumana”¹¹, enquanto a *água* doce dos rios surge como uma *água* privilegiada, “um leite materno, seiva primordial”¹². Ora, no imaginário português, sobretudo em Camões e Pessoa, os rios não têm essa conotação telúrica de seiva natural, sendo essencialmente vias de acesso à transcendência marítima e espiritual. Rios correndo para o mar, as suas *águas* não são humanas, mas apenas mediadores transumanos para a transcendência. O *mar sem fim* dos portugueses é esse *mar salgado* de que fala Pessoa, abissal e transumano, cujo sal se confunde com as lágrimas de um Portugal à *beira mar* e à *beira mágoa*.

A par da *água*, as imagens do *ar* são também expressivas no imaginário português, sempre associadas à *iniciação* e *ascese* espiritual. O *ar* sugere-nos o espírito iniciático do *epos* lusíada, o caráter espiritual do seu império. Transcendendo a espessura gravitacional da terra, sulcando mares ainda não navegados, a *viagem* é um movimento de *ascensão* e *iniciação* permanente, rumo à Distância e à *lonjura*.

Ar e *água* são, de fato, os elementos dominantes, os símbolos *religiosos* de uma cultura essencialmente mediática como a portuguesa. Incapazes de nos contermos no demasiado terreno das ortodoxias, entre as positivities da *terra* e a sabedoria do *fogo*, ficamo-nos pela poesia e pela profecia, pelo marítimo (*água*) e pelo espiritual (*ar*), nem aquém, nem além; sempre indefinidos nesse *quase* que nos caracteriza como forma cultural *entre*, mediadora, nessa mobilidade que nos marcou como cultura de *terceira margem*.

Já no imaginário brasileiro, poderíamos dizer, como Bachelard, que “a *terra* é imensa. Maior do que o céu que não passa de uma abóbada, de um teto [...] maior do que o mar que é uma *terra* simplificada”¹³. Aí a *terra* é a força afirmativa, vontade de poder como vontade de viver, dominando um *epos* nos limites do trágico e do pícaro, ou a aceitação do destino à medida do *mythos* e da festa humanas.

Os seres da terra são aqueles para quem os arquétipos primordiais são determinantes. Por isso, segundo Bachelard, uma das características dos seres telúricos é a *profundidade*, a procura das raízes matriciais. É como se a dominância da *terra* alterasse a imagem dos outros elementos, verificando-se uma deslocação da imagem *ascensional* para a de *profundidade*. Ser profundo, o brasileiro oculta-se sob superfícies, aparências, máscaras, oculta-se de si mesmo e para si mesmo, sendo a *profundidade* a sua forma natural de transcendência, uma transcendência imanente da terra. Daí uma *espiritualidade crepuscular*, mais iniciática do que contemplativa, ser alternativa a uma *espiritualidade ascensional*, porque característica de um sagrado nos limites do humano, imanente na sua transcendência profunda.

Mar de territórios, a *terra ígnea* brasileira é uma *terra profunda* e *sem fim*, vitalizada pelo curso dos rios. Águas doces e humanas, os rios são aí o eixo líquido de um mundo predominantemente terrestre, logo demasiado humano. Se em Portugal, a *água*, mais do que um elemento mediático, é determinante de uma *terra marítima*, não tem, porém, a força regeneradora dos rios do sertão. No Brasil, as águas doces e humanas dos rios são, simultaneamente, elementos de indiferenciação onde tudo se dissolve, e princípio de regeneração onde tudo renasce, como diria Mircea Eliade¹⁴. Elemento de indiferenciação ôntica, a *água marítima* dos portugueses não é regeneradora; porque salgada, água de mágoas, é desumana, embora permaneça como elemento mediático para a transcendência, religadora de povos e continentes, logo transumano. Daí procurarmos a reintegração renovadora sempre além de nós, na terra da promessa escatológica, tantas vezes associada no imaginário lusiada ao Brasil, esse *porto seguro* onde renascerá sem fim nosso império cultural-espiritual, a nossa língua.

No Brasil, o *espírito de lugar* determina, naturalmente, uma não dominância dos elementos mediáticos, já que aqui, a terra é o elemento dominante e determinante. Espaço cósmico, matricial, a *terra* é uma realidade que cada um vive *dentro* e *fora de si*, como em Guimarães Rosa, para quem o sertão é o mundo e, simultaneamente, está dentro da gente. A imensidão da terra é infinita, mas um infinito à escala humana, terreno, concreto e imediato. Força da terra, o brasileiro frui e flui como rio, na travessia da vida, e aí parece estar o segredo da sua renovação permanente.

Quanto ao arquétipo da serpente, associando-se aos labirintos do nosso ser e pensar, seria, segundo Mendes Correia¹⁵, o totem mais antigo da Lusitânia, também chamada terra de serpentes, *Ophiusa*. A serpente de Migdar, ou uroboros, cuja boca morde a cauda em círculo, é para Pinharanda Gomes, o símbolo do conhecimento global dos elementos, presentes na simbólica da cruz celta.¹⁶ Já para Eduardo Lourenço, ela é o símbolo das heterodoxias, enquanto “convicção de que o real não é apenas a cabeça mordendo sem hesitações, nem a cauda devorada sem resistência, mas o inteiro movimento de morder e ser mordido, a paixão circular da vida por si mesmo”¹⁷. Mordendo-se eternamente, as pontas de Migdar confundem-se na sua vida e morte, declínio e renascimento, sugerindo-nos a saudade galaico-portuguesa, como fusão da *lembrança* e do *desejo*, do *passado* e do *futuro*.

Em alguns textos fragmentados, designados *O caminho da serpente*, Fernando Pessoa associa-a aos percursos heterodoxos do nosso pensar-sentir, afirmando em tom nebuloso que “a serpente é, na ordem material direita, Portugal”¹⁸. Arquétipo de vida e de vigor, porque possui a propriedade de mudar de pele, a serpente é um símbolo de renovações perpétuas. No seu movimento cíclico de declínios e descobertas, na sua teleologia escatológica e saudosismo ôntico-existencial, a razão misteriosa de Portugal parece seguir um percurso labiríntico, podendo falar-se de complexo ofídico numa história que é símbolo e mito, num povo-Messias, *encoberto e desejado* de si mesmo.

Símbolo da sabedoria iniciática das heterodoxias, a serpente seria o arquétipo primordial de um *heterologos* em língua portuguesa, desde as suas origens totêmicas na Lusitânia, às suas flutuações e metamorfoses nas profundidades de uma *terra-ígnea* como a brasileira. Aí, a serpente é o logotipo de um saber da terra, fecundo na sua vontade de viver exaltante, profundo nas suas raízes misteriosas. Porque, o mais terrestre dos animais, a serpente é, segundo Bachelard, “um dos arquétipos mais importantes da alma humana — a raiz animalizada é o traço de união entre o reino vegetal e o reino animal”¹⁹.

Na mitogenia brasileira, a serpente associa-se ao sentido de *profundidade*. Ela é o signo de uma transcendência imanente, característica dos seres telúricos, consequentemente um símbolo ôntico-metafísico relacionado com as forças subterrâneas do mal, com um sobrenatural profundo e uma espiritualidade crepuscular e esotérica. A serpente é a própria terra, ou a imagem labiríntica do rio que a serpenteia. Serpente cósmica, ela é o jogo vital de uma terra que vive, o símbolo de uma eternidade viva, de uma eternidade da terra, numa dialética sempre renovada de vida e morte, do homem e da terra. Animal metamorfose no seu ser profundamente renovado, a serpente surge como um símbolo misterioso, a imagem labiríntica das profundidades abissais da terra e do homem. Por isso, a *raiz-serpente* é um arquétipo primordial da mitogenia do homem da terra, porque a serpente mais terrestre de todas é afinal a raiz que prende o homem às profundidades da terra.

Finalmente, a imagem de um *limite ilimitado* surge no pensamento em língua portuguesa, associada às idéias de transcendência e de infinito, como uma espécie de síntese e consequência das demais *coordenadas simbólicas*. Numa *terra marítima*, o mar, esse infinito de água, parece comunicar à terra uma instabilidade e turbulência que se concretizaram no movimento de descoberta. Pioneiros das descobertas de mundos extra-europeus, a nossa primeira e grande descoberta foi sem dúvida, como dizia Fernando Pessoa, descobrirmos a idéia de descoberta. Portugal finito, varanda debruçada sobre o infinito, como disse o catalão Eugênio d’Ors, ou o *finisterra* onde “a terra se acaba e o mar começa”; mar infinito a perder-se no horizonte indefinido, além do finito, eis as coordenadas geográficas, o *espírito de lugar* que nos rasgaram o limite do horizonte, abrindo-nos ao ilimitado e à transcendência.

Trajetória entre o ideal impossível do finito e o real impossível do infinito, a viagem lusiada parece mais próxima da categoria do *transfinito* que “ultrapassa e transcende o finito sem nunca atingir o infinito”²⁰ como a define

Stéphane Lupasco, numa *lógica do terceiro incluído*, por demais característica da razão em língua portuguesa. Em Portugal, a *Weltanschauung* é viagem, vivência de um *limite ilimitado* numa terra, varanda sobre o infinito mar, o mar sem fim português. Daí, o infinito não ser apenas uma idéia, cuja sensação de ausência de limites, determinada no espaço infinito da consciência ou da escrita, será sempre abstrata, negativa, um *mau infinito* no sentido hegeliano. O infinito é, sobretudo, esse espaço que não comporta limites, a *terra*, sem cessar transcendida na mobilidade das *águas*, por isso mesmo espaço *transfinito* de viagens e metamorfoses. Tal como o poeta “aconteceu (nos) do alto do infinito esta vida”²¹, “atirados de Sagres para a aventura indefinida, para o Mar Absoluto, para realizar o Impossível”²².

No Brasil, a idéia de um *limite ilimitado* parece-nos indissociável de um espaço real, a *terra imensa*. Embora ilimitada nos seus limites, infinita na sua imensidão e profundidade, a terra é um elemento concreto e imediato, um infinito à escala humana, na sua transcendência imanente. *Terra sem fim*, o sertão, esse *limite ilimitado*, está para o Brasil como o *mar sem fim* está para Portugal. De um infinito em *Distância*, passa-se a um infinito em *profundidade* e *extensão*, sendo as características do infinito as da própria terra.

Numa terra à beira mar, o imaginário português ficará sempre suspenso desse *limite-ilimitado* que é o oceano, caos primordial, abismo imenso e, simultaneamente, sentido metafísico do seu ser e destino. Já nesse *limite ilimitado* que é a terra brasileira, é a própria terra que é infinita, mas um infinito-finitizado, o horizonte possível do humano; “embora do tamanho do mundo”, “existe é dentro da gente”, como em Guimarães Rosa. Porque ao contemplar esse mar telúrico imenso, esse *Umwelt*, simultaneamente cósmico e antropomórfico, “o homem toma posse da terra, domina o universo”²³, como diz Bachelard, articulando-se a *contemplação* e a *dominação* na imensidão terrestre, ao contrário da marítima. Presença quase elidida no imaginário brasileiro, onde só a terra parece existir sem tamanho, o mar é aí apenas o limite ilimitado de uma terra ilimitada, o fim dos rios, o ilimitado do ilimitado, o desconhecido de si mesmo.

Traçadas as *coordenadas simbólicas*, os vestígios arqueológicos da razão em língua portuguesa, podemos então concluir que, nos antípodas da vontade do saber ocidental e do roteiro disjuntivo das lógicas ortodoxas, o nosso pensar-sentir, sem cessar recriado nas suas viagens e mestiçagens, mitos e miragens, parece assumir-se como um *mythos* cheio de saberes e um saber debruado de mitos, por isso mesmo um *logos* mais poético-profético do que noético. No seu *corpus* difuso, coexistem o *mythos* e o *logos*, a razão e o mistério, sedimentando num heterotexto polifônico, cuja lógica dominante parece constituir-se na afirmação de um *terceiro termo* que, de excluído na lógica tradicional, passará a incluir-se como o elogio das misturas e das mestiçagens, o lugar de interseções e mediações, numa coincidência dos opostos, aquém e além das sínteses racionais. Mais próxima da lógica concreta do mito e da ascética dos místicos, esta *heterológica* será característica de um saber tolerante porque impuro, e de uma cultura diasporante porque indefinida, mais apta a miscigenar do que a

excluir, como é a portuguesa, porque sempre *além de si* e *entre* as demais em que se fragmentou.

Os elementos mediáticos dominantes na nossa cultura (ar e água), o *espírito de lugar* e o *limite ilimitado* do nosso horizonte geográfico-metafísico, propiciaram uma razão nômade, desterritorializada e plural, religadora e miscigenadora das diferenças em que se dispersou, implicando uma lógica outra, solução sem exclusão de todos os possíveis, coincidência de todos os contrários. Única e plural, a cultura portuguesa é o espaço-tempo das viagens e mestiçagens, da tolerância e do ecletismo. Por isso, na tolerância e ecletismo de uma razão marítima, atlântica, tecida de mudanças e descobertas, as águas simbolizam esse *termo médio*, elemento religador de povos e continentes, o arquétipo do movimento e metamorfose, facilmente identificável com a língua. Também ela parece tomar-se um *terceiro* incluso na travessia de mares, países e continentes, aglutinadora de todos os povos e de todas as terras da desterritorialização lusíada, a pátria cultural comum de quantos a falam e recriam.

Já nos arquétipos fundadores da razão lusíada, uma lógica do *terceiro incluído* nos parece pertinente. O mitologema quinto-imperialista e os cultos do Espírito Santo de inspiração templária e joaquimita, difundidos mais tarde nos Açores e no Brasil, remetem para a figura volátil e ambígua de uma *terceira pessoa* espiritual e sutil, aérea e ígnea. Procedendo do Pai e do Filho, a terceira pessoa da S. S. Trindade é o símbolo da sabedoria e do poder espiritual, das línguas e das viagens, das invenções e das descobertas, da paz e da tolerância. Curioso será ainda notar que o Quinto Império, espiritual e universal, herança templária, enquanto império do espírito, tecido de anseios e lonjuras, no dizer de Agostinho da Silva, pressupõe também a coincidência dos opostos Oriente e Ocidente, céu e terra, um imperialismo andrógino²⁴, como diz Fernando Pessoa; enquanto pátria espiritual, mediática, parece só existir como *terceiro lugar*, espaço fluido e atópico de interseções e miscigenações, ou melhor, (*di*)atópico, porque um espaço simultaneamente *entre* e *semi* espaço, facilmente identificável com a língua como no poeta, para quem a pátria é a língua portuguesa.

O *terceiro* é um lugar comum no imaginário e na lógica em língua portuguesa, o espaço privilegiado da mediação numa gesta flutuante, sempre além de si. É o perfil arlequinal de uma razão eclética e heterodoxa, de uma cultura *antropofágica*, sendo a mestiçagem, a pluralidade e a tolerância, seus traços mais marcantes. País semiperiférico, hoje desterritorializado apressadamente na Europa, ontem grandiosamente no mundo, procurar suas raízes frágeis e império simbólico na comunidade da língua, parece-nos ser ainda hoje uma forma de Portugal manter a sua posição de *terceiro incluído* entre o mundo europeu de que, apesar de tudo, faz parte, e as periferias de expressão portuguesa, como é sua vocação atlântica, mediadora, mais do que sua missão imaginária, transcendente.

Pareceu-nos pertinente nesta arqueologia, reconstituir as raízes e os vestígios imaginários da razão em língua portuguesa, para que, evitando os

extremos de uma desmitificação radical e de uma remitologização excessiva, possamos assumir uma autognose lúcida deste pensar situado, para o qual, apesar de todos os pragmatismos e globalizações, o mito, de certo modo, continua a ser esse nada que é tudo, como dizia o poeta. Talvez porque, no mais profundo de nós mesmos, permanecemos poetas logo filósofos, e filósofos apenas porque poetas.

Notas

1. LOURENÇO, Eduardo. Psicanálise mítica do destino Português. *Raiz e Utopia*. 5/6, p. 7.
2. QUADROS, Antônio. *Portugal: razão e imaginário*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986, p. 37-45, v. 2.
3. *Op. cit.*, p. 33-60. v. 1.
4. BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 203.
5. PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1972. p. 82.
6. *Op. cit.*, p. 321.
7. QUADROS, A. *Op. cit.*, p.46, v.1.
8. PESSOA, F. *Obra poética*, p. 79.
9. *Op. cit.*, p. 86.
10. *Op. cit.*, p. 73.
11. BACHELARD, G. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 158.
12. *Op. cit.*, p. 163.
13. BACHELARD, G. *A terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 300.
14. ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. Porto: ASA, 1992, p. 258.
15. CORREIA, Mendes. A Lusitânia pré-romana, in: *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 1928.
16. GOMES, Pinharanda. *Patrologia lusitana*. Porto: Lello e Irmão, 1983, p. 57.
17. LOURENÇO, Eduardo. *Heterodoxias*. Lisboa: Assirio & Alvin, 1987, p. 3.
18. PESSOA, Fernando. A procura da verdade oculta. Textos filosóficos e esotéricos. In: *Obra em prosa*. Introdução, organização e notas de Antônio Quadros. Mem Martins: Europa- América, p. 216, v. 6.
19. BACHELARD, G. *A terra e os devaneios do repouso*, p. 202.
20. LUPASCO, Stéphane. *Logique et contradiction*. Paris: Gallimard, 1947, p. 31-32.
21. PESSOA, F. *Obra poética*, p. 127.
22. *Op. cit.* p. 321.
23. BACHELARD, G. *A terra e os devaneios da vontade*, p. 300.
24. Pessoa, Fernando. Portugal, Sebastianismo e Quinto Império. In: *Obra em prosa*. Introdução, organização e notas de Antônio Quadros. Mem Martins: Europa-América, 1992, p. 127-28, v. 7.